

PÁG 2 MME apresenta os próximos passos da modernização do setor elétrico

PÁG 5 Limp, do MME discute a abertura de mercado com Abraceel e a indústria

PÁG 7 GT discute termo de compromisso do comercializador de gás na Bahia

PÁG 9 Radar Legislativo

PÁG 11 Curtas

PÁG 14 Próxima semana

PÁG 15 Calendário Abraceel

 *Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!*

MME apresenta os próximos passos da modernização do setor elétrico

Matéria em 1 minuto

- Secretária Executiva afirmou que o MME está otimista para entregar, ao final dos quatro anos de governo, uma regulação mais moderna e um mercado mais competitivo e livre;
- É prevista a realização de três consultas públicas este ano para tratar da separação lastro e energia;
- Ministério da Economia em parceria com o PNUD e com a Consultora PSR realizará estudo sobre os cálculos relativos aos efeitos econômicos e financeiros advindos do processo de modernização;
- MME reiterou importância de avançar com os leilões de reserva de capacidade ainda este ano.



Tempo de leitura:
4 minutos

Com objetivo de apresentar os avanços dos trabalhos do Comitê de Implementação da Modernização do Setor Elétrico (CIM), bem como informar os próximos passos a serem percorridos, foi realizado Webinar no dia 03.03, com participação do MME, Aneel, CCEE, ONS, EPE e Ministério da Economia. Mais de 1.000 pessoas participaram da transmissão ao vivo pelo YouTube.

Dando início ao evento, a Secretária Executiva do MME, Marisete Pereira, comentou que, mesmo com toda dificuldade ocasionada pela pandemia, o setor elétrico conseguiu avançar em pontos importantes, como a regulamentação do GSF e a sanção da MP 998 (convertida na Lei 14.120/21), contribuindo para a modernização do setor.

A Secretária ressaltou ser inevitável a abertura do mercado livre de energia e alegou que o MME está otimista para entregar, ao final dos quatro anos de governo, uma regulação mais moderna e um mercado mais competitivo e livre. Nesse caminho, o MME estará debruçado nos sábados do mês de março, em conjunto com a Abraceel, estudando as alternativas regulatórias para abertura integral do mercado de energia, com base no estudo elaborado pela Thymos.

Lastro e Energia

Na sequência, foi apresentado o “status” dos estudos da frente de lastro e energia do CIM, com previsão de realização de três consultas públicas ainda este ano, para tratar da proposta de migração e tratamento dos legados, caracterização da oferta e demanda de lastro e desenho dos mecanismos de contratação. O objetivo é, até dezembro de

2021, apresentar encaminhamento do Comitê sobre o mecanismo de adequabilidade que será utilizado no Brasil a partir de 2022.

Detalhamento sobre a proposta em desenvolvimento para o tratamento dos contratos legados foi realizado pela Conselheira da CCEE, Roseane Santos, que enfatizou que essa prevê respeito total aos contratos existentes, do ACR e ACL, não impactará recebíveis existentes e financiamentos, além de não estabelecer a criação de uma instituição centralizadora de contratos no período de transição. Além disso, destacou que a proposta visa a migração natural e gradual para o novo modelo com separação de lastro e energia à medida que os contratos terminem, com contratação de lastro rateada por todos os consumidores, destacando, contudo, que “consumidores que migram para o mercado livre continuam a pagar o lastro do ACR”.

Formação de preços

Talita Porto, Conselheira da CCEE, reiterou a importância da entrada do preço horário em 2021, e conclamou os agentes a participarem do Comitê CMO/PLD, que possui objetivo de dar maior transparência e previsibilidade aos processos de elaboração dos dados de entrada do PMO, formação de preços e os aprimoramentos metodológicos realizados via CPAMP, contribuindo para o aprimoramento da formação de preços por modelo.

Adicionalmente, Alexandre Zucarato, Diretor de Planejamento do ONS, salientou as ações que estão sendo realizadas para o aprofundamento do conhecimento e entendimento sobre a formação de preços por oferta, em que se inserem na esperada conclusão do relatório do GT Metodologia para este ano, o projeto meta 2 do banco mundial (com prazo de 30 meses), o P&D Engie (relatório final em outubro de 2021) e o P&D Eneva (relatório final em dezembro de 2021).

Em breve síntese, os estudos em andamento, dentre outras questões, possuem objetivo de avaliar a viabilidade de formular uma proposta de desenho de mercado para despacho por ofertas de preços no Brasil, analisar as principais diferenças em relação ao modelo atual e desafios para implementação no contexto local.


Efeitos econômicos da modernização

Uma das novidades apresentadas no evento é o estudo realizado pelo Ministério da Economia, em parceria com o PNUD e com a Consultora PSR, sobre os cálculos relativos aos efeitos econômicos e financeiros advindos do processo de modernização.

O estudo possui objetivo de subsidiar as atividades da modernização do setor de energia elétrica, realizando quantificação de resultados para diferentes cenários de liberação do SEB, analisando impactos nas tarifas, encargos, custos marginais, despacho por preço x custo e parâmetros de segurança de suprimento. Além disso, busca mapear os desafios e discutir a transição entre a situação atual e os cenários trabalhados.

O cronograma apresentado possui previsão para divulgação dos resultados dos estudos dos cenários ao longo de 2021, como mostra a imagem a seguir. O relatório final, que

apresenta discussão sobre prós e contras de ações com vistas à transição entre os cenários, deverá ser divulgado no primeiro trimestre de 2022.



Principais Entregas do Projeto	
- Resultados para 4 cenários selecionados iniciais	: jul/21
<ul style="list-style-type: none"> - H1: Situação atual do ordenamento jurídico + conversão da MPV 998/2020 - H2: H1 + Todos consumidores podem permanecer no ACR ou migrar para o ACL - H3: H2 + Expansão por leilões de compra de lastro de produção e capacidade - H4: H3 + Descotização 	
- Resultados para 4 cenários restantes	: out/21
<ul style="list-style-type: none"> - H5: H1 + Todos consumidores estão somente no ACL - H6: H5 + Expansão por leilões de compra de lastro de produção e capacidade - H7: H3 + Despacho por oferta de preço - H8: H7 + Descotização + Poder de mercado 	
- Relatório consolidado dos 8 cenários	: dez/21
- Relatório com discussão sobre prós e contras de ações com vistas a transição entre os cenários	: mar/22

Contratação de reserva de capacidade

Finalizando o evento, Camilla Fernandes, do MME, relembrou o dispositivo da Portaria MME 435/20, que indica a possibilidade de realização de leilões anuais para contratação de reserva de capacidade a partir do segundo semestre de 2021, caso seja apontada essa necessidade nos estudos de planejamento energético e de operação do sistema. Lembrou que a sanção da MP 998 originou a Lei 14.120/21, que possibilita a contratação de reserva de capacidade com modalidade licitação, com possibilidade de participação de empreendimentos novos e existentes e rateio dos custos decorrentes entre todos os usuários finais.

Dessa forma, reiterou a importância de se avançar com os leilões de reserva de capacidade ainda este ano, em especial devido à mudança da matriz elétrica e do crescimento esperado do mercado livre nos próximos anos. Para isso, destacou os próximos passos do MME para regulamentação do tema, que poderá ser realizada via alteração do Decreto 6.353/08, que trata da contratação de energia de reserva, ou por meio da edição de novo decreto específico.

Por fim, para realização dos leilões de contratação de reserva de capacidade, Camilla enfatizou que é necessária ainda a elaboração das diretrizes e sistemática pelo MME e o edital e modelo de contratos pela Aneel. Ademais, após elaboração da proposta técnica/jurídica, essa deverá ser posta em discussão pública antes da sua publicação final. A gravação do evento está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QFNeijvC5RI>.

CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE

Limp, do MME discute a abertura de mercado com a Abraceel e a indústria

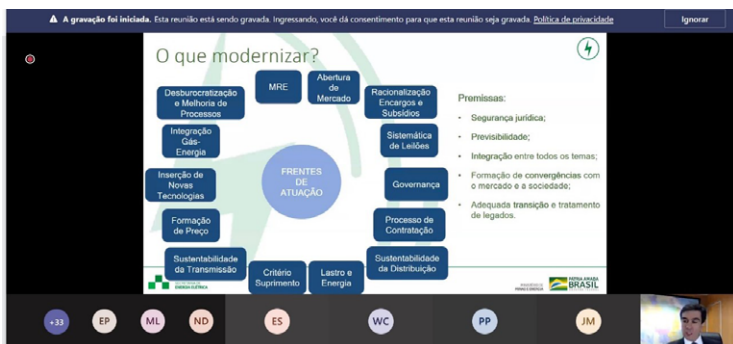
Matéria em 1 minuto

- Rodrigo Limp (MME) discutiu os próximos passos da reforma do setor em reunião na indústria;
- Reginaldo Medeiros sugeriu que o MME discutisse a abertura com os agentes com a maior brevidade possível;
- Menel destacou que 2021 é a janela de oportunidade para avançar com a pauta.



Tempo de leitura:
2 minutos

Rodrigo Limp, Secretário de Energia Elétrica do MME, foi o convidado da última reunião do Coinfra, no dia 03.03, para falar sobre os próximos passos para implementação do novo modelo do setor elétrico. Reginaldo Medeiros e Ângela Oliveira representaram a Abraceel na reunião.



Na sua apresentação, Limp comentou sobre as tendências do setor elétrico brasileiro, pautadas no protagonismo do consumidor, e as recentes transformações que vêm acontecendo, com maior descentralização, geração distribuída, armazenamento de energia e digitalização das redes.

Nesse contexto, a modernização do setor é inevitável para acompanhar o cenário de descarbonização do setor, correta alocação de custos e riscos e ampliação do poder de escolha, entre outros.

Mercado livre tem participação expressiva na expansão da oferta

O secretário destacou que o mercado livre tem participação essencial na expansão da oferta, revertendo o cenário passado, cuja expansão se viabilizava pelos leilões regulados. Também elencou outras ações em curso que se enquadram no cenário de modernização, como, por exemplo, a solução do GSF, a redução de subsídios, a abertura de mercado por meio da Portaria 465 e a discussão do modelo de comercialização varejista na MP 998.

Associações setoriais fazem suas contribuições

Abiape, Abrace, Apine, Absolar e Cogen estavam presentes na reunião e levantaram seus pontos em relação à modernização. Menel, da Abiape, destacou a importância de se aprovar o PL 414 ainda em 2021, já que 2022 será ano eleitoral e a janela de oportunidade pode ser perdida. Também levantou preocupação em relação às interferências externas no setor de energia, dado os recentes acontecimentos com ANA e Ibama.

Quando questionado sobre a tramitação dos projetos da portabilidade, isto é, se haveria uma tramitação conjunta do PL 1917 com o PL 414, Limp esclareceu que a decisão cabe à Câmara e que o Ministério estará à disposição para colaborar com a discussão, seja qual for a tramitação definida.

Abraceel sugere que o MME abra uma discussão com os agentes sobre o tema

Fechando a contribuição das associações, Reginaldo Medeiros elogiou a apresentação do secretário, frisando que em 12 anos à frente da Abraceel, pela primeira vez viu tanta sintonia do Ministério com o mercado. Sugeriu que o MME abrisse, com a maior brevidade possível, uma consulta pública para que os agentes pudessem contribuir com a discussão da abertura do mercado, lembrando que a Abraceel já vem levantando essa pauta por meio de reuniões com os agentes para debater o estudo Thymos.

A íntegra da apresentação realizada pelo Secretário Limp está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção “Apresentações Exclusivas”.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)

GT Abraceel discute termo de compromisso do comercializador de gás na Bahia

Matéria em 1 minuto

- GT discute CP 01/21 da Agerba com objetivo de discutir os modelos do termo de compromisso do comercializador e do contrato de movimentação de gás;
- Abraceel reforçará na contribuição que a atividade de comercialização é de âmbito Federal, logo a autorização e fiscalização são de responsabilidade da ANP;
- Em breve será enviado ao Grupo Técnico minuta de contribuição à CP.



Tempo de leitura:
2 minutos

A Agerba publicou, no dia 28.01, os modelos do termo de compromisso para fins de autorização do comercializador e do contrato de movimentação de gás canalizado, por meio das Resoluções 04 e 05/21, cumprindo as diretrizes da Resolução 23/20 da Agência.

No dia 05.02, a Abraceel, via Fórum do Gás, enviou carta à Agerba solicitando realização de discussão pública dos respectivos documentos, de modo que os interessados pudessem contribuir, além de dar previsibilidade aos agentes.



Dessa forma, no dia 18.02, a Agerba instaurou a consulta pública 01/21, com objetivo de discutir os modelos do termo de compromisso do comercializador e do contrato de movimentação de gás. Os documentos foram pauta da reunião do Grupo Técnico Abraceel realizada no dia 04.03.

Com foco no termo de compromisso do comercializador, a Abraceel destacou os principais pontos do modelo na reunião.

A respeito da autorização e fiscalização do comercializador, o termo reitera os dispositivos da Resolução Agerba 23/20, que estabelece ser de competência da Agência tal serviço. Sobre isso, a Abraceel irá reforçar em sua contribuição seu posicionamento histórico, isto é, que a atividade de comercialização é de âmbito Federal, logo a autorização e fiscalização são de responsabilidade da ANP.

O termo de compromisso dispõe ainda que a qualidade do gás no ponto de recepção e outras obrigações que podem ser dos consumidores são de competência do comercializador e esse deverá apresentar ao regulador estadual seus contratos de comercialização e junto aos fornecedores, em até 30 dias contados da data da sua celebração.

Os associados sugeriram aprimoramentos na redação sobre a responsabilidade do comercializador quanto à qualidade do gás, já que esse deveria ser responsável apenas se for encarregado pela entrega do gás no ponto de recepção, pois, segundo o desenho de mercado apresentado pela ANP na Consulta Prévia 01/20, o consumidor poderá comprar gás de diferentes agentes e o comercializador poderá realizar a atividade de compra e venda antes da efetiva entrega no ponto de recepção. Dessa forma, essas possibilidades devem estar previstas na regulação estadual.

Adicionalmente, o termo de compromisso trouxe um detalhamento sobre as condições de suspensão de fornecimento de gás pela concessionária, nos casos de inadimplência nas faturas de comercialização. É proposto que após o 5º dia útil do aviso do comercializador para com o usuário livre, a concessionária realize o corte em até 24h. Entretanto, vale destacar que o comercializador deverá manter suas programações até que a concessionária realize o corte.

Finalizando a reunião, Bernardo Sicsú, Diretor de Eletricidade e Gás da Abraceel, enfatizou que levará reflexão ao Fórum do Gás sobre o modelo de comercialização que vem sendo desenhado nos estados, que em sua maioria são semelhantes, para que não sejam criadas barreiras a competição. Em breve será enviado ao Grupo Técnico Abraceel minuta de contribuição à consulta pública Agerba 01/21.

A apresentação realizada na reunião está disponível na área restrita do site da Abraceel, em “Apresentações Exclusivas”.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)



RADAR LEGISLATIVO

MP 998 é sancionada e agora é Lei 14.120/21

A Presidência da República sancionou, em 02.03, com dois vetos, a Lei 14.120/21, resultante da conversão da Medida Provisória 998. A MP havia sido aprovada na Câmara no dia 17.12 e no Senado, no dia 04.02. A lei traz várias alterações na legislação setorial, entre as quais o estabelecimento de medidas para amortecer a elevação das tarifas dos consumidores da região Norte e Nordeste, a busca por viabilizar Angra 3, e a inclusão de pontos importantes para a modernização do setor elétrico, como a redução gradual dos descontos nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão e de distribuição para empreendimentos de fontes incentivadas, transferência de recursos não contratados dos programas de P&D e de Eficiência Energética para a CDE, possibilidade de licitação para a contratação de reserva de capacidade de geração, e maior robustez para a comercialização varejista, ao permitir o corte do consumidor inadimplente. Foram dois vetos do Presidente da República, um dos quais diz respeito ao parágrafo que estabelecia que o titular de autorização para geração de energia elétrica com prazo de 30 anos, cuja usina estivesse em operação em primeiro de setembro de 2020, teria o prazo de outorga contado a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora. O outro veto diz respeito ao dispositivo que determinava que a avaliação completa da base de remuneração regulatória das distribuidoras privatizadas teria efeito a partir da data de processamento do primeiro processo tarifário, após o pedido de revisão tarifária pelo concessionário. **A íntegra da lei pode ser conferida no link: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.120-de-1-de-marco-de-2021-306116199>**

PL do Gás fica para a próxima semana junto com a instalação das comissões



Apesar de constar na pauta nas sessões deliberativas da Câmara desta semana, a votação da nova lei do gás (PL 4476/2020) não aconteceu. A falta de consenso sobre o texto entre as lideranças foi um dos motivos que postergaram a votação, cuja previsão é que aconteça na próxima semana. Alegadamente, a divergência central gira em torno de dois dispositivos, que tratam da desverticalização e da competência da ANP para regular gasodutos de transporte intraestaduais. A instalação das comissões da Câmara também foi postergada para a próxima terça (09.03), quando

tinha previsão para acontecer na última quinta (04.03). Para a Comissão de Minas e Energia, as informações dão conta que a presidência deva ficar com o deputado Édio Lopes (PL-RR). Vale destacar que o deputado Édio foi o relator do PL 1917/2015 (portabilidade da conta de luz) na Comissão Especial. Embora tenha apresentado seu relatório em dezembro de 2019, não houve deliberação e, desde então, os trabalhos da comissão não avançaram. **O relatório apresentado pelo deputado Édio pode ser conferido no link: <https://bit.ly/38frOdA>**

PL 414 (ex 232) ainda não foi despachado

O PL 414/21, numeração na Câmara dos Deputados do antigo PLS 232, que foi encaminhado a essa casa pelo Senado, ainda não teve sua tramitação definida pelo Presidente da Câmara e segue “aguardando despacho”. Em live promovida no dia 04.03 pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), o senador Marcos Rogério (DEM-RO) apresentou sua visão sobre os caminhos possíveis para tramitação do projeto: (i) votação direto em Plenário, após requerimento de urgência que possa vir a ser apresentado pelas lideranças; (ii) com o retorno do funcionamento das comissões da Câmara, o projeto pode ser despachado para aquelas cujas temáticas sejam relacionadas, por exemplo, a Comissão de Defesa do Consumidor ou a de Minas e Energia. Em relação à hipótese de ser apensado ao PL 1917/2015, que está em comissão especial, o senador entende que o que poderia acontecer é o inverso, isto é, o PL 1917 ser apensado ao 414, uma vez que esse último já foi aprovado no Senado e isso lhe proporcionaria preferência na tramitação. Na hipótese de ir a Plenário, diz-se que o deputado Elmar Nascimento (DEM-BA) seria um dos nomes cotados para relatar a matéria. No entanto, como foi designado para relatar a MP da Eletrobras, é possível que outro parlamentar seja indicado para a tarefa. **A íntegra da live que também contou com a presença do Diretor Efraim Cruz e do Secretário Rodrigo Limp está disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=gISBRQv_X38.** Seguimos acompanhando os desdobramentos da tramitação.

CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE



CURTAS

Inscrições abertas para candidatura ao Conselho

Continua aberto o período para registro de candidaturas ao Conselho de Administração da Abraceel para o biênio 2021-2023. A eleição ocorrerá no dia 11.03, às 9h30, em processo totalmente online. Podem concorrer à eleição para o Conselho os representantes oficiais das empresas associadas perante a Abraceel, conforme os registros constantes na Associação. **Para se inscrever, basta manifestar-se por e-mail à Diretoria Executiva (abraceel@abraceel.com.br) até 48 horas antes do momento da abertura da assembleia de votação, isto é, às 9h30 do dia 09.03.** A Diretoria Executiva encaminhou e-mail aos representantes, no dia 04.03, com detalhes sobre a dinâmica da AGO. Destaque para o modelo de procuração que foi enviado em anexo ao e-mail para os representantes que não puderem comparecer e desejam enviar procurados para substituí-los. Tendo em vista que os dados de acesso à eleição serão enviados por e-mail aos representantes, cabe a eles a transferência dos dados para seus procurados. Cada empresa pode votar **em até 8 candidatos**. Candidaturas registradas até o fechamento desta edição do Relatório Semanal por ordem de inscrição e como aparecerão no sistema de votação:

1. Ricardo Lisboa, Delta;
2. Moacyr Carmo, Argon;
3. Eduardo Takamori, Engie;
4. Camila Schoti, Eneva;
5. Marcos Aurélio, Cemig;

6. Marco Sureck, Echoenergia;
7. Alessandro de Brito Cunha, BC Energia;
8. Daniel Marrocos Camposilvan, Newcom;
9. Ricardo Motoyama, CPFL;
10. Eduardo Diniz, Votorantim;
11. Paulo Surur, Energética;
12. Paulo Tarso, Vivaz;
13. David Barmak, Tempo;
14. Paulo Toledo, Ecom.

CMSE reduz limite do DFOM para 15.000 MWméd

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) se reuniu no dia 01.03 e avaliou, dentre outros assuntos, as condições de suprimento eletroenergético ao SIN. Na ocasião, o ONS informou que embora os armazenamentos nos reservatórios equivalentes tenham aumentado em grande parte do país, o cenário ainda merece atenção, pois permanecem aflúências abaixo da média histórica em todos os subsistemas, com exceção do Sul, onde tem se configurado, nos últimos meses, a pior aflúência no SIN em 91 anos de histórico para o período setembro a fevereiro. A previsão para os próximos dias, segundo o Comitê, é a manutenção do valor acima da média das precipitações em grande parte da área central no país, esperando-se que permaneçam bons volumes pluviométricos até o final do mês de março para as demais regiões. Diante desse cenário - de permanência de condições hidrometeorológicas desfavoráveis e de baixos armazenamentos nos reservatórios das usinas hidrelétricas, destacadamente nos subsistemas sudeste/centro-oeste e sul -, o CMSE manteve a diretriz de adoção das medidas excepcionais, embora tenha reduzido o atual limite do DFOM de 16.500 MWméd

para 15.000 MW méd ao longo do mês. Além disso, o colegiado limitou o preço máximo de importação de energia elétrica sem substituição da Argentina ou do Uruguai ao CVU da Usina Termelétrica Termomacaé, referência utilizada pelo ONS na construção das curvas referências sobre DFOM aprovadas pelo CMSE para 2021. Para mais informações acesse: <https://bit.ly/37Y89ig>.

Segurança Cibernética

A Resolução 01/21 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) instituiu grupo de trabalho para estabelecer diretrizes sobre segurança cibernética no setor elétrico que abordem aspectos relativos à prevenção, tratamento, resposta a incidentes e resiliência sistêmica. A íntegra da resolução está disponível em: <https://bit.ly/2NRojDa>. A propósito desse assunto, o Prof. MSc. Eduardo Fagundes publicou livro sobre a segurança cibernética no setor elétrico, com uma visão do momento atual da segurança da informação do setor e frameworks de governança de segurança cibernética para monitoração, controle e respostas a incidentes. A íntegra do livro está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção “Documentos Gerais”.



Segurança Cibernética 2: Pauta Aneel

Está na pauta da reunião pública da Diretoria colegiada da Aneel, que será realizada no dia 09.03, a proposta de abertura de consulta pública para discutir a Análise de Impacto Regulatório (AIR) sobre a segurança cibernética no setor elétrico brasileiro.

Aquisição de gás natural

No dia 01.03, as distribuidoras de gás canalizado do Centro-Sul do país lançaram nova chamada pública para aquisição de gás natural, com volume projetado de mais de 6 milhões m³/dia até 2024. A iniciativa é das empresas MSGÁS, Gás Brasileiro, Compagás, SCGÁS e Sulgás. O edital unificado e os respectivos termos de referência de cada distribuidora estão disponibilizados nos sites das distribuidoras.

Encontro do PLD

No dia 01.03, aconteceu mais um tradicional encontro do PLD promovido pela CCEE, com objetivo de discutir assuntos relacionados à formação do preço. Os pontos de destaque da reunião foram em relação à entrada da carga global na formação do preço e da nova função de custo futuro do Newave a partir da 4ª semana operativa de fevereiro, devido à inconsistência na parcela do CVU da UTE Goiânia II. Além disso, a Câmara destacou que o ONS sinalizou no PMO de março a expectativa de flexibilização das vazões mínimas no baixo Paraná, nas UHE Jupia e Porto Primavera durante o mês de março, com intuito de permitir maiores condições de preservação e recuperação dos armazenamentos nos reservatórios a montante. Entretanto, a CCEE

ênfatiou que essa flexibilização não será utilizada no mês de março na formação do preço, conforme dispõe a Resolução CNPE 07, devendo ser considerada apenas a partir do PMO de abril. A apresentação realizada na reunião está disponível no site da Abraceel, seção “Biblioteca>Apresentações”.

Abraceel se reúne com associada Capitale

No dia 02.03, a Vice-Presidência de Energia se reuniu com a equipe da Capitale. Na pauta, o mercado varejista de energia.

Relatório de imprensa Abraceel – fevereiro

No mês de fevereiro, tivemos 166 menções na imprensa, o que corresponde a uma equivalência total comercial aproximada de R\$1.224.823,00. Na comparação com o mesmo mês de 2020, o número significa um resultado superior a 200%. Essa quantidade também é maior que a média de publicações mensais, de 131 matérias. Destaque para duas inserções no Valor Econômico enfatizando a expansão do mercado livre de energia, resultado de estudo da Abraceel sobre o tema. A íntegra do relatório está disponível na área restrita do nosso site, seção “Apresentações Exclusivas”.

Abraceel participa de webinar sobre sustentabilidade ambiental, bioeletricidade e selo energia verde

A Unica, em parceria com a Abraceel e CCEE, promoveu, em 04.03, o “Webinar: Sustentabilidade Ambiental, Bioeletricidade e o Selo Energia Verde – Edição 2021”. O evento apresentou as atualizações quanto à concessão para co-

mercializadoras e consumidores livres das diretrizes do programa de emissão de certificados para usinas. A reunião contou ainda com palestras sobre sustentabilidade na matriz e as perspectivas para as próximas décadas e sobre os fundamentos do programa de certificação de Bioeletricidade da Unica/CCEE/Abraceel de 2021. Atualmente o programa Selo Energia Verde possui 60 usinas certificadas que, juntas, têm o potencial para produzir, anualmente, quase 12 mil GWh, número superior a toda energia elétrica produzida com carvão mineral no Brasil em 2020, e suficiente para atender anualmente a 6 milhões de unidades consumidoras residenciais. Reginaldo destacou o potencial da bioeletricidade no país, que tem crescido ano após ano, demonstrando a sua robustez e a solidificação no mercado. Lembrou que, segundo a pesquisa Ibope/Abraceel, 90% dos brasileiros gostariam de produzir a sua própria energia. Mais informações sobre o Selo Energia Verde podem ser conferidas [clikando aqui](#) e na área restrita do site, seção “Documentos Gerais”.

Avaliação da Governança do ONS

Reginaldo Medeiros participou do processo de avaliação de desempenho do ONS, que tem como objetivo capturar a percepção de agentes e associações setoriais em relação ao Operador com base em quatro critérios: (i) propósito e missão do ONS, (ii) alinhamento de interesses, (iii) confiança e postura independente e (iv) relacionamento com o mercado. O resultado da avaliação será apresentado ao Conselho Fiscal, Conselho de Administração e à Diretoria do ONS, de forma consolidada e anônima, no mês de abril.

CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE



PRÓXIMA SEMANA

08.03 – segunda-feira: Diretoria Executiva se reúne com Rui Altieri, conselheiro da CCEE, para apresentação da proposta da Câmara sobre mercado de capacidade, às 10h;

Diretoria Executiva se reúne com Júlio César Ferraz, Superintendente de Regulação e Mercado da Aneel, para discutir a regulamentação do comercializador varejista após a Lei 14.120/2021, às 15h30;

Vice-Presidência de Energia se reúne com a área técnica da Abrace para apresentação do estudo de abertura integral do mercado, às 16h30.

02.03 – terça-feira: Vice-Presidência de Estratégia e Comunicação se reúne com a Raízen para discutir a agenda do setor, às 11h;

Reginaldo Medeiros se reúne com a Fercomércio-SP para discutir a agenda do setor de energia, às 17h.

10.03 – quarta-feira: Reginaldo Medeiros participa de reunião ordinária do DEIN-FRA/Fiesp, às 10h;

Diretoria de Energia participa da 1ª Reunião Ordinária do Fórum do Gás de 2021, às 14h.

11.03 – quinta-feira: Assembleia Geral Ordinária para eleger o Conselho de Administração da Abraceel, que será realizada de forma online, conduzida pela empresa Eleja Online, às 9h30 (os dados de acesso serão enviados por e-mail aos representantes);

Diretoria Executiva se reúne com Thiago Barral, presidente da EPE, para discutir as novas dinâmicas de expansão da oferta de geração do Brasil, às 17h.

05.03 – sexta-feira: Abraceel realiza mais uma Sexta Livre, com o convidado Rodrigo Limp, Secretário de Energia Elétrica do MME, sobre a agenda do setor de energia, às 10h. O convite com os dados de acesso foi enviado para os representantes no dia 04.03.

06.03 – sábado: Abraceel e Thymos se reúnem para a segunda reunião com técnicos do MME para detalhar o estudo de abertura integral do mercado de energia, às 9h.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)



CALENDÁRIO ABRACEEL

MARÇO

11.03 | 9h30 - Eleição do Conselho

18.03 | 17h - Reunião do Conselho

ABRIL

08.04 | Reunião de Revisão do Planejamento Estratégico (a confirmar)

29.04 | 17h - Reunião do Conselho

MAIO

13.05 | 17h - Reunião do Conselho

A Diretoria Executiva sempre encaminha por e-mail a pauta e os dados de acesso às reuniões. Eventuais alterações também são informadas com antecedência.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)